

- DOISE, W., MUGNY, G. & PERRET-CLERMONT, A.-N. (1976). Social interaction and cognitive development: further evidence. *European Journal of Social Psychology*, 6(2), 245-247.
- GROSSEN, M. (1997). *Intersubjectivity in Teaching and Learning: Institutional Framings and Identities Management*. Conferência plenária realizada na Annual Conference of the British Psychological Society – Development Section. Loughborough, 12-15 de Setembro de 1997.
- MELRO, J. (1999). *Escola Inclusiva: Uma análise reflexiva feita em torno de um projecto de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular*. Lisboa: Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. [Projecto de Investigação, documento policopiado]
- MOLL, L. C. (1990). *Vygotsky and Education*. Cambridge UK: Cambridge University Press.
- PERRET-CLERMONT, A.-N. (1976/1978). *Desenvolvimento da Inteligência e Interação Social*. Lisboa: Instituto Piaget. (Trad. da Tese de Doutoramento, defendida em 1976, na Univ. de Genève).
- ROGOFF, B. & WERTSCH, J. V. (1984). *Children's Learning in the Zone of Proximal Development*. San Francisco: Jossey-Bass.
- SCHNEUWLY, B. & BRONCKART, J.-P. (1996). *Vygotsky aujourd'hui*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- SCHUBAUER-LEONI, M.L. (1986 a). Le Contract Didactique: Un Cadre Interprétatif pour Comprendre les Savoirs Manifestés par les Elèves en Mathématique. *European Journal of Psychology of Education*, 1 (2), 139 - 153.

Gestos lusófonos. Projecto de cooperação com Angola no âmbito da surdez

Orquídea Coelho
Natércia Pacheco

Universidade do Porto

Eduardo Cabral

Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas – Porto

Resumo

A nossa comunicação consiste na apresentação de um projecto de cooperação com Angola, no âmbito da surdez, o qual tem em vista viabilizar uma intervenção em áreas diferentes e complementares. Tal projecto surgiu de contactos entre uma instituição portuguesa – APECDA/PORTO (Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas) e duas instituições angolanas – ANDA (Associação Nacional de Deficientes de Angola) e LARDEF (Liga de Apoio à Reintegração de Deficientes).

Na nossa exposição procuraremos dar conta da natureza do projecto e das intenções que lhe subjazem, a partir dos objectivos que formulámos para o balizar. A saber:

- apoiar crianças surdas angolanas, nomeadamente no que se refere à possibilidade de lhes assegurar a escolaridade básica;
- proporcionar oportunidades de investigação e colaboração nas áreas da interculturalidade e da aquisição da linguagem;
- assegurar apoios ao nível de equipamentos: audiométrico, audio-protésico, informático, de reabilitação educativa, e outros materiais;
- incentivar e apoiar a formação de técnicos angolanos;
- promover a formação de parcerias que permitam dar corpo a um trabalho com exigências multidisciplinares e que confirmem consistência, credibilidade e visibilidade às acções realizadas;
- contribuir para a criação de uma associação especificamente voltada para a resolução dos problemas da surdez, uma vez que as associações existentes estão vocacionadas para o apoio à deficiência em geral e não para a surdez em particular, entendida como uma condição de vida que nos remete para questões inerentes às minorias cultural e linguística.

Em Portugal, nos últimos anos, tal como em muitos outros países, a imposição da via da oralidade ao surdo tem vindo a confrontar-se com uma forte e crescente corrente que, em defesa da gestualidade, assume a afirmação, a construção e a legitimação de uma língua e cultura próprias da comunidade surda. Contudo, esta visão nascente do surdo, enquanto cidadão portador e produtor de uma sub-cultura tem vindo a afirmar-se com dificuldade. A procura de visibilidade, por um lado, e a resistência à

mudança por outro, são os dois pólos de uma relação dialéctica que sustenta a manutenção de uma relação circular entre a necessidade de um estatuto, e a necessidade de afirmação e legitimação desse estatuto enquanto condição para o desenvolvimento de uma dada população.

No nosso país, muito embora possam assinalar-se algumas contrariedades, a situação tem evoluído no sentido apontado. Todavia, em Angola, constata-se uma situação qualitativamente diferente. Propomos desenvolver um trabalho de cooperação assente no estabelecimento de parcerias com duas associações angolanas. Para tal, intenta-se uma pesquisa que permita uma fundamentação sólida desta perspectiva e, simultaneamente, uma intervenção adequada e estruturada ao nível da formação de técnicos, da educação da infância surda, da divulgação das questões da interculturalidade no plano da surdez, e da contribuição para o nascimento de uma associação especialmente vocacionada para os surdos, enquanto comunidade cultural e linguística minoritária.

Deslocando as questões da surdez, da problemática da deficiência para a problemática da cultura e da identidade, este projecto pretende, em linhas gerais, contribuir:

- a) para uma crescente visibilidade dos surdos na sociedade;
- b) para a implementação do seu papel como parceiros sociais;
- c) e para o aprofundamento das raízes de solidariedade e cooperação com outros povos.

Após este traçado geral, gostaríamos de aclarar mais detalhadamente alguns aspectos.

Acerca da investigação sobre a surdez

Com efeito, convém destacar que o prestígio e a supremacia das línguas orais, assente numa herança cultural que tradicionalmente menospreza as sub-culturas, conduz a um relacionamento sociolinguístico complexo, no qual predominam o desconhecimento e a intolerância quanto às diferenças culturais e linguísticas. Grupos culturais específicos, como seja a comunidade surda, encontram-se fortemente estigmatizados por este tipo de atitude (COELHO, 1998).

Em Portugal, a progressiva capacidade de afirmação dos surdos conduziu a um conjunto significativo de alterações, patentes no reconhecimento de uma comunidade com uma cultura e uma língua gestual constitucionalmente validada enquanto língua primeira dos surdos, verificando-se uma crescente conformidade de actuação com esses princípios, nomeadamente através do reconhecimento formal dos serviços de intérpretes e de monitores surdos, do ensino da Língua Gestual (LG) nas escolas, e de projectos de inclusão de crianças surdas em unidades bilingues.

Apesar de um longo caminho a percorrer, esta tendência contrasta com a situação em Angola, onde a guerra civil provocou a morte de cerca de 500 mil crianças, e onde outras tantas sobrevivem com doenças ou deficiências diversas, causadas pela guerra, insalubridade ou fome.

Exemplifique-se: a meningite é a principal causa de surdez de crianças em Angola (CAMARA, 1998). A situação educativa é extrema. Na capital, 90% dos docentes do ensino básico não possui formação adequada e, no país, 15 mil espaços lectivos funcionam em locais de recurso, alguns debaixo de árvores (MATOS, 1998).

O estado angolano reconhece a criança com necessidades educativas especiais e aponta uma via para a sua integração. Mas, as orientações educativas dos responsáveis pela área da surdez, presos a concepções tradicionalistas e não permeáveis a orientações e recomendações de diversos organismos internacionais, optam por uma educação oralista dos surdos, apostando no trabalho individual e diferenciado, para o desenvolvimento da percepção auditiva (ALVES, 1998). A única escola para surdos utiliza como formas de

comunicação a oralidade, a escrita e a mímica. Declara praticar a leitura lábio-facial como método e apresenta um currículo de opção oralista (OLIVEIRA, 1998). Ignorando 30 anos de investigação sobre as línguas gestuais, o mito oralista como via para a integração dos surdos impera no discurso oficial.

Ora, tal como já defendemos, a posse de uma língua própria leva os surdos a assumirem-se como minoria linguística e cultural (ANDERSSON, 1994). Pode dizer-se que existe um projecto surdo da surdez. A língua gestual anula a deficiência linguística e sensorial e permite aos surdos constituírem uma comunidade e não um desvio da normalidade (SKLIAR, 1997).

A educação é o campo de batalha onde as minorias linguísticas ganham ou perdem os seus direitos (LANE, 1992). Reclamar uma educação bilingue para os surdos significa legitimar o uso das línguas gestuais como línguas de aprendizagem na escola (MASON, 1995), mas inclui também todo o desenvolvimento da pessoa surda numa perspectiva sócio-antropológica (QUADROS, 1997).

Consequentemente, reconhece-se a presença de inúmeros indicadores que justificam a necessidade de uma intervenção, a qual se preconiza seja criadora, no terreno, de condições de auto-sustentabilidade.

Os “porquês” do projecto/as instituições parceiras

No entanto, a concretização dessa necessidade de intervenção tem uma história. Ela advém de um encontro, em Lisboa, entre responsáveis da Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas da (APECDA-Porto) e dois homens angolanos, amputados, dirigentes de duas associações, respectivamente Liga Angolana para Reabilitação de Deficientes (LARDEF) e Associação Nacional de Deficientes de Angola (ANDA). Quando se tem uma história comum, conversa-se de outra maneira, criam-se cumplicidades. Logo ali ficou decidido que haveriam de trabalhar juntos, apoiando as crianças surdas angolanas. (FELÍCIO, 1999).

A APECDA-Porto, constituída em 1979, tem grande experiência de apoio a crianças surdas, e assume a intervenção da e na comunidade. Colabora nos estágios de formandos das escolas superiores de educação, organiza seminários, acções de formação e actividades culturais dirigidas a docentes, a pais e a crianças de outras escolas. Edita a revista COMMUNICARE, dirigida a educadores e estudantes interessados na comunicação humana e outros documentos de informação sobre a surdez, destinados à população em geral. É ainda responsável pelo Projecto de Comunicação Tecnológica para Surdos, o qual levou à criação de uma rede comunicacional entre diversas instituições vocacionadas para o trabalho com surdos, disponibilizando vários meios tecnológicos (computadores e telefones de texto, entre outros), base de desenvolvimento de uma identidade surda interventiva. É responsável, ainda, pela criação e manutenção de um conjunto de estruturas, tais como: Lar de apoio, Clube de jovens, Centro de férias, Centro de estudos, colaboração interinstitucional e participação no Projecto LABOR, aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Eixo-Horizon-Deficientes, o qual constituiu, uma possibilidade de investigação aprofundada no âmbito da problemática da surdez, cujos resultados foram divulgados ao Seminário apresentado em 18/DEZ/97, no Auditório UNESCO, no Porto (CABRAL et al., 1997).

O presente projecto resulta de um esforço comum, no qual tomam parte docentes da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e, inscreve-se na Linha de Investigação 2 do CIE – *Formação, Identidades e Práticas Profissionais*, relacionando-se com a construção das identidades e a diversidade. Desenvolve-se ao nível da intervenção e da produção de conhecimentos no âmbito da formação, das práticas profissionais e da sua implicação na construção de identidades. Cruzam-se, assim, contributos de diversas áreas científicas, nomeadamente no que se refere às questões da diferença e interculturalismo.

A equipa, no seu conjunto, reúne elementos que têm desenvolvido projectos no terreno das identidades culturais, da identidade dos surdos e da formação e educação.

No âmbito das Ciências da Educação o presente projecto tem como objectivos de investigação, a longo prazo, contribuir para:

- a) aprofundamento teórico das articulações entre identidades culturais e estratégias de formação/intervenção;
- b) a constituição de um corpo teórico, desenvolvido numa perspectiva epistemológica multi-referencial, no âmbito da cultura do surdo.

Objectivos e descrição

Conforme referimos, o relacionamento com as associações ANDA e LARDEF permitiu constatar a grave situação das crianças surdas e das estruturas de apoio angolanas. Com base nesses pressupostos desencadeou-se este projecto de cooperação, pretendendo-se contribuir para inverter esta situação, potenciando a intervenção de animadores da sociedade angolana, e tendo como objectivos fundamentais de intervenção:

- a) assegurar a educação de crianças surdas angolanas em Portugal;
- b) fornecer meios educativos e de reabilitação;
- c) promover formação de técnicos angolanos;
- d) desenvolver a formação de parcerias para estimular um trabalho multidisciplinar;
- e) desenvolver investigação nas áreas da interculturalidade e da linguagem;
- f) criar uma associação vocacionada para os surdos, enquanto comunidade cultural e linguística minoritária.

Todo este processo tem vindo a ser monitorado, desde o seu início, pelas avaliações continuadas, e pretende-se, através da investigação, obter dados relevantes e indicadores da orientação do mesmo, aprofundando os conhecimentos fulcrais para o desenvolvimento global do projecto, e em particular no que diz respeito à formação dos técnicos, ao acompanhamento das crianças surdas em Portugal, e à implementação de uma associação em Angola especificamente voltada para a surdez.

No que concerne à formação, técnicos da ANDA e da LARDEF foram convidados a participar, durante uma semana, em Janeiro de 1999, no 1º Encontro Interinstitucional e no 2º Seminário Communicare. Este primeiro contacto teve em vista dar a conhecer a realidade portuguesa, no que refere ao apoio aos cidadãos dos grupos desfavorecidos, em particular à surdez.

Desde Setembro de 1999, e até Junho de 2000, prepara-se a oferta de dois estágios, com a duração de um ano, para técnicos angolanos com formação média, decorrendo, neste momento, a selecção dos candidatos. A componente prática exercer-se-á no Centro Sócio-educativo da APECDA no trabalho nas turmas em coadjuvação dos docentes, e em tarefas complementares no Lar de Apoio. A componente teórica consistirá num curso de formação organizado por esta equipa na FPCE-UP (Grupo de Ciências da Educação) e no Centro de Estudos da APECDA, a definir, de acordo com o trajecto académico dos candidatos a admitir. Terão, também, apoio financeiro e social, e ainda alojamento e alimentação.

Está, ainda, prevista formação local, em Angola, assegurada por técnicos portugueses, destinada a docentes e técnicos angolanos, com a duração de 10 dias, e calendarizada para 2002.

Obtido um ritmo satisfatório de contactos, e estabelecidas práticas de diálogo interinstitucional a partir das acções realizadas, prevê-se que um grupo de colaboradores das instituições (ANDA E LARDEF) adquiram competências para trabalharem com crianças surdas, e, a prazo, colaborarem no projecto de instalação de apoio específico a esta deficiência em Angola, em articulação com as suas instituições.

Em curso encontra-se, também, o acolhimento de alunas surdas angolanas, o qual é dirigido a crianças privadas do seu meio familiar em virtude da guerra e condições sociais e irá estender-se a mais duas crianças, no próximo ano lectivo. A sua permanência no nosso país inscreve-se na ideia de oferta de condições de educabilidade e oportunidades sociais, numa perspectiva de desenvolvimento, tendo em conta a sua formação pessoal e social, por um lado, e a rentabilização de recursos disponíveis por parte da APECDA.

A APECDA garante o acolhimento em famílias portuguesas, com apoio da Equipa de Encaminhamento Familiar da Segurança Social, valorizando a experiência das famílias no contacto com surdos. Isto contribui para o reconhecimento e alargamento do sentido de responsabilidade, solidariedade e coo-eração com outros povos, e proporcionará a valorização e estimulação destes processos, através da exemplaridade que cada caso represente para o país de origem. Em aberto está a possibilidade de estas crianças tomarem em mãos o seu futuro.

Repercussões

Visa-se participar, pela via do diálogo entre culturas, na reconstrução de uma sociedade mais justa e valorizada através da contribuição para o desenvolvimento dos PALOP, numa história cruzada que se actualiza em gestos de lusofonia. O projecto repercute-se, deste modo, ao nível da valorização da cultura, língua, identidade surda e cooperação.

Como diz GIDDENS (cit. por STOER e CORTESÃO, 1999:98) "A globalização expressa o crescente papel da "acção-à-distância" nas relações sociais humanas. (...) pode ser definida como a intensificação das relações sociais à escala mundial, relações essas que ligam localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são moldados por fenómenos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice-versa."

São, então, previsíveis alterações a nível local das condições de formação e atendimento, uma maior visibilidade social dos surdos enquanto minoria cultural e linguística, o seu entendimento como parceiros sociais, e ainda uma mudança relativamente ao poder reivindicativo, negocial e decisório da comunidade surda.

Difusão de resultados

Espera-se, por um lado, um avanço do conhecimento nos campos da linguagem e da interculturalidade, e nas áreas mais específicas da formação e da surdez; por outro, espera-se desenvolver as práticas educativas com crianças surdas, mobilizando um conjunto de informações e conhecimentos e possibilitando contactos e trocas de saberes experienciais entre as nossas instituições e as angolanas. Do ponto de vista da intervenção, estima-se que a formação de técnicos permita a criação e implementação de instituições congéneres.

Preconiza-se que estes avanços possam construir-se com base na articulação de um conjunto de princípios que se afiguram fundamentais nesta matéria, e pelos quais deverão ser co-responsáveis as diversas instâncias de decisão e negociação, a saber:

Universalidade (respostas para todos adequadas à diversidade);

Globalidade (panóplia de respostas sucessivas e simultâneas, num processo contínuo e evolutivo);

Integração (responsabilização de todos os cidadãos e aplicação de medidas diferenciadas);

Coordenação (articulação de intervenientes e harmonização de medidas);

Equiparação de oportunidades (não existência de discriminações);

Participação (na definição das Políticas);

Informação (esclarecimento permanente e atualizado);

Solidariedade (responsabilização e implicação de toda a sociedade).

A difusão destes resultados far-se-á:

- através da internet;
- por meio da publicação de artigos em revistas nacionais e internacionais;
- com recurso à publicação de um livro situando a problemática e descrevendo e avaliando a experiência;
- através da realização de um Encontro Internacional, onde se apresentará uma mostra desta e de outras experiências similares em outros países e onde se debaterão os grandes temas;
- por via da publicação das Actas do Encontro Internacional.

Acreditamos que a reunião de esforços conducentes à concepção e implementação deste projecto representam um contributo importante no domínio da cooperação com outros povos, e uma iniciativa promotora do desenvolvimento e da autonomização cultural, tornando-se, simultaneamente, num espaço de abertura e caldo de novos projectos.

Bibliografia

- ALVES, Mateus Cosme Cordeiro (1998). Aspectos Auditivos e da Fala: sobre a integração de deficientes auditivos em Angola. In Boubacar Camara (org.), *Necessidades Educativas Especiais em Angola*. Dakar, Unesco, pp. 79-90.
- ANDERSSON, Yker (1994). The Deaf People as a Linguistic Minority. In Inger Ahlgren & Kenneth Hyltenstam (eds.), *Bilingualism in Deaf Education International Studies in Deaf Education*, vol. 27), Hamburg: Signum-Verlag, pp. 9-13.
- CABRAL et al. (1997). *Integração Sócio-profissional da Pessoa Surda*. Comunicação apresentada ao seminário realizado no âmbito do Projecto Labor-Programa Horizon, 18/DEZ. Porto.
- CAMARA, Boubacar (1998). Aprender de Mãos Dadas. In Boubacar Camara (org.), *Necessidades Educativas Especiais em Angola*. Dakar, Unesco, pp. 5-11.
- COELHO, Orquídea (1998). *(E) Depois da Escola (?): Formação, Auto-formação e Transição para a Vida Activa dos Surdos em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- FELÍCIO, José (1999). "Gestos Lusófonos", <http://www.apecdap.org>
- LANE, Harlan (1992). *The Mask of Benevolence* (tr. port. de Cristina Reis, *A Máscara da Benevolência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997, pp. 286).
- MASON, David G. (1995). Why Bilingualism/Biculturalism is Appropriate in Deaf Education. *DCS Newsletter*, Sept-Oct. (British Columbia).
- MATOS, Olinda Josefa de (1998). A Educação Especial em Angola. In Boubacar Camara (org.), *Necessidades Educativas Especiais em Angola*, Dakar: Unesco, pp.15-40.
- OLIVEIRA, Jeany de Jesus Van-Deste (1998). Escola de Deficientes Auditivos e da Fala. In Boubacar Camara (org.), *Necessidades Educativas Especiais em Angola*, Dakar: Unesco, pp. 91-93.
- QUADROS, Ronice Miller de (1997). *Aquisição da Linguagem em Crianças Surdas*. <http://www.pucrs.br>
- STOER e CORTESÃO (1999). *Levantando a Pedra*. Porto: Edições Afrontamento.
- SKILIAR, Carlos (1997). Uma Perspectiva Sócio-histórica sobre a Psicologia e a Educação dos Surdos. In Carlos Skliar (org.) *Educação e Exclusão, Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial*. Porto Alegre: Ed. Mediação, pp. 105-153.

Escola para todos: que caminhos? Que trajectos?

Joaquim Melro

Escola António Arroio

Margarida César

Universidade de Lisboa

Resumo

Falar, da *Escola de e Para Todos* parece ser, nos nossos dias um lugar comum, um *cliché* que se instalou comodamente no mundo da Educação. Tanto mais, parece ser assim, que não há discurso que se preze de e sobre a Escola/Educação que não tenha em conta tão nobre e cioso imperativo. Por isso, a *Escola Inclusiva*, a *Escola Aberta*, a *Escola de Cidadãos*, impõe-se como fundamento e horizonte tanto a nível macro como a nível micro das políticas e práticas educativas dos países ditos desenvolvidos. E Portugal não é excepção.

De facto, tem-se assistido, no nosso país, de alguns anos a esta parte, a um esforço mais ou menos contínuo mais ou menos continuado de democratização da Escola e da Educação e, com ela, a afirmação de uma escola que se quer, hoje mais do que nunca, da diversidade e da pluralidade, vendo nas diferenças aí existentes um elemento enriquecedor afirmando-se, por isso, *Inclusiva*. E, contudo, à Escola da diversidade e da diferença colocam-se questões, que pela importância que assumem, exigem respostas imediatas mas ponderadas.

É sobretudo na Educação daqueles alunos que manifestam sem pudor e com razão as suas diferenças individuais e/ou sociais, daqueles que manifestam a sua excepcionalidade, daqueles a quem a Escola diz terem Necessidades Educativas Especiais (NEE), que essas questões se colocam de forma mais evidente e mais intensa. Essas questões resumem-se a uma só: **Poderá e deverá a escola deixar de ser de e só para alguns e passar a ser de e para todos?** Da resposta a esta questão dependerá a construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna mais igualitária (Ainscow, 1997; Benavente et al., 1993; Clark, et al., 1995; Costa, 1995, 1998; Martins, 1991). Dependerá o dever de a Escola partir do princípio de que todas as crianças e jovens em idade escolar têm o direito, independentemente das suas diferenças individuais e/ou sociais, a frequentar o Ensino Regular. O dever de se constituir NUMA ESCOLA DE E PARA TODOS (Pereira, 1998; Porter, 1997; UNESCO – Declaração de Salamanca, 1994).

Tal postura implica processos de mudança exógenos e, sobretudo endógenos na Escola. A mudança que urge fazer tem por meta a *Escola Inclusiva*, isto é, *a transferência da perspectiva centrada na criança para a perspectiva centrada no currículo* (Costa, 1998). Uma mudança que veja na diversidade e na diferença o *archo* e o *teleos* de e para uma Educação democrática (Melro, J. & César, M., 1999).

Foi neste contexto que desenvolvemos um estudo empírico de cariz qualitativo, baseado num caso de inclusão de alunos com NEE no ensino regular, procurando compreender como percepciona a Escola a inclusão destes alunos na sua comunidade educativa, ou seja, compreender que percursos e que trajectos são seguidos e construídos pela Escola rumo a uma maior e melhor inclusão de todos os alunos na Escolas